

Editor: **Elder Ogliari**
 Editor assistente: **Danton Júnior**

RURAL

rural@correiodopovo.com.br



LEITE

Assistência técnica deve beneficiar 16 mil

Iniciativa do Mapa permite que empresas obtenham benefício fiscal ao aderir ao programa

BRUNA KARPINSKI

O Rio Grande do Sul contabiliza 38 projetos de assistência técnica a propriedades leiteiras que, juntos, somam investimento de R\$ 27,13 milhões. O valor representa 30% do total de R\$ 90 milhões que será aplicado por meio de 209 projetos em todo o país. O recurso é oriundo de créditos presumidos que resultam da isenção de 50% do PIS/Cofins de empresas que optarem por aderir ao programa, do Ministério da Agricultura. No Estado, são 20 projetos que preconizam a melhoria da qualidade do leite por meio de assistência em boas práticas agropecuárias, 14 deles voltados para controle de brucelose e tuberculose e quatro com foco em melhoramento genético.

Três projetos já foram aprovados, enviados a Brasília e devem ser validados ainda em maio. As iniciativas são da CCGL, Frizzo e Laticínios Pinhalense e referem-se a ações de controle da tuberculose e bruce-

lose. Os 14 projetos voltados à sanidade animal vão beneficiar 2,4 mil propriedades de leite, totalizando mais de 72 mil cabeças. Segundo o fiscal federal agropecuário Roberto Lucena, gestor de projetos do Mapa/RS, esta é uma demanda do setor lácteo, que vislumbra a ampliar a exportação de leite em pó. "A vantagem é que pequenas empresas que não tinham assistência técnica nenhuma estão começando a investir", observa.

O Rio Grande do Sul é o segundo estado com mais projetos. O Mapa/RS estima que 16,5 mil produtores gaúchos serão beneficiados com assistência técnica. Para receber o benefício fiscal, os laticínios precisam apresentar projetos que contemplem o investimento de pelo menos 5% dos 50% que receberão de isenção no PIS/Cofins. A adesão é voluntária e as ações previstas têm prazo de 36 meses para execução.

Segundo o presidente do Sindilat, Alexandre Guerra, é essencial que os projetos estejam con-

sistentes e sejam plenamente validados pelo Mapa, uma vez que o percentual de repasse de crédito é vital para os laticínios. "Estamos trabalhando com uma margem muito apertada. Não tem como perder nenhum valor, imagine um volume de recursos como esse", salientou. O presidente da Apil, Wladimir Pedro Dal Bosco, destacou que as pequenas e médias empresas estão começando a perceber a importância de investir em assistência técnica.

O programa do Mapa cobre os custos dos produtores com testes para diagnóstico de tuberculose e brucelose, enquanto o Fundesa garante a indenização de produtores contribuintes para animais infectados. O presidente do Fundesa, Rogério Kerber, acredita que a disposição de trabalhar com o saneamento de propriedades pode estar ligada "à segurança que o fundo proporciona com a agilidade dos processos e indenizações dos produtores que estiverem com situação regular".

Entenda como funciona

Os laticínios têm créditos presumidos de PIS/Cofins fixo em 20%. Com a lei federal 13.137/2015, viabilizou-se que as empresas que se dispõem a investir em sanidade tenham

esse percentual elevado para 50%. Para se creditar do valor, é preciso reinvestir 5% do bolo em ações voltadas à qualificação dos processos no campo e no rebanho.

FERROVIAS

Escoamento da safra em debate

Está marcada para a próxima sexta-feira, dia 6 de maio, às 11h, no Palácio Piratini, a reunião que irá tratar do aproveitamento da malha ferroviária para o escoamento da produção de grãos do Rio Grande do Sul, especialmente o milho. O encontro foi organizado pelo vice-presidente da Frente Parlamentar das Ferrovias na Câmara dos Deputados, deputado federal Jerônimo Goergen, e vai trazer para Porto Alegre o presidente da empresa de operações ferroviárias Rumo All, Julio Fontana, para debater o assunto com representantes do governo estadual e da agroindústria gaúcha.

"Na reunião vamos discutir não apenas a possibilidade de uso da malha para escoamento da produção, como também a ampliação da concessão da Ferrovia Norte/Sul até Rio Grande", adiantou Goergen.

PAA

Conab recebe novos projetos

Cooperativas e associações de agricultores familiares interessados em participar do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) já podem apresentar suas propostas por meio do site www.conab.gov.br, para as modalidades de Compra com Doação Simultânea e Formação de Estoque.

De modo a atender um número maior de agricultores, o limite de compras não pode ultrapassar o teto de R\$ 800 mil por ano. Em 2015, a Conab destinou R\$ 287 milhões para o apoio à comercialização da agricultura familiar em todas as modalidades do programa. Foram beneficiadas 863 organizações de todo o país. Segundo a Conab, as regiões Norte e Nordeste do país irão receber 60% dos recursos repassados pelos ministérios do Desenvolvimento Social e do Desenvolvimento Agrário.

*COTAÇÕES

SOJA GRÃO – BOLSA DE CHICAGO US\$ BUSHSEL

29/Abr/16	Varição	Fechamento
Mai/16	+0,03	10,21
Jul/16	+0,02¼	10,29¼
Ago/16	+0,02	10,30½
Set/16	+0,00¾	10,17¼
Nov/16	-0,00¾	10,07¾
Jan/17	-0,00½	10,09
Mar/17	-0,01¾	10,01½

BOVINO GORDO EM PÉ/KG

Semana de 25/Abr/16 a 29/Abr/2016

	Boi	Vaca
Mínimo	R\$ 5,00	R\$ 4,50
Médio (*)	R\$ 5,25	R\$ 4,69
Máximo	R\$ 5,60	R\$ 5,00

(*) Média ponderada obtida entre as praças consultadas
Fonte: Emater

SU
Santa Úrsula
GASTRO

AVISO

**DEVIDO A VACINAÇÃO
CONTRA FEBRE-AFTOSA
NÃO HAVERÁ REMATE
DIA 05/05/2016**

**PRÓXIMO REMATE:
12/05/16**

CÓDIGO FLORESTAL

Assembleia discute ajustes na legislação

Duas subcomissões criadas pela Assembleia Legislativa realizam sessão conjunta hoje, às 14h, para discutir pontos de ajuste entre o Código Florestal Brasileiro, em vigor desde maio de 2012, e o Código Florestal Estadual, de 1992.

O deputado Elton Weber, relator da Subcomissão de Análise, Atualização e Aperfeiçoamento do código estadual, afirma que não se pode ter no Estado uma legislação mais restritiva e nem mais permissiva do que a federal. "A partir do Código Florestal, existe um entendimento de questões pontuais ultrapassadas na legislação estadual", observa. Já a Subcomissão de Análise, Atuali-

zação e Aperfeiçoamento do Código Estadual do Meio Ambiente tem como relator o deputado Frederico Antuines. Estão previstas quatro audiências públicas, com a presença de entidades representativas dos setores industrial, agrícola e técnico.

Uma das divergências entre as duas leis é com relação ao pagamento de serviços ambientais para os agricultores. A questão está prevista no Código Florestal Brasileiro, mas não no texto estadual. Além disso, o corte de floresta nativa exige emissão de licença dos órgãos ambientais, conforme a lei estadual. Pelo código federal, é permitido o corte anual de até 20 metros cúbicos para uso na propriedade.

CENSO AGROPECUÁRIO

Adiamento preocupa setor

Mesmo que não afete diretamente os setores produtivos, a não realização do Censo Agropecuário em 2017, anunciada pelo IBGE, vai ter reflexos no alinhamento de políticas para o setor agrícola. Essa é a impressão da coordenadora da Fetraf-Sul, Cleonice Back. "O censo traz um conjunto de informações que tem grande importância para a avaliação de programas agrícolas e estabelecimento de metas para o setor. Sem as informações, certamente os projetos que poderiam ser implementados com base na estatística não serão", diz.

O presidente da Fetag, Car-

los Joel da Silva, chama a atenção que, além de prejudicar o alinhamento de novas políticas, o atraso no censo atrapalha pesquisas sobre os parâmetros de produção. "O último censo agropecuário feito no país data de 2006. Já estamos com uma defasagem de dez anos na atualização das estatísticas", diz.

O adiamento do Censo Agropecuário foi motivado pelo corte de verbas do IBGE, que diminuiu o orçamento para o trabalho, de R\$ 330,8 milhões para R\$ 266,8 milhões. Até mesmo um concurso destinado ao provimento de 1.409 vagas temporárias foi suspenso.

REUNIÃO-ALMOÇO
tá na mesa

04 de maio de 2016 | 12h

Luiz Carlos Mendonça de Barros

Presidente da Foton Caminhões

Tema

**Previsão de recuperação
da economia brasileira**

Sócios Federasul/ACPA: R\$ 70,00
Não Sócios: R\$ 90,00

Informações:

eventos@federasul.com.br - 51 3214.0200

Local: Largo Visconde de Cairu, 17 - 7º andar

